

V

HISTÓRIA ORAL DE MULHERES: CONTRIBUIÇÕES DESDE UM PROCESSO DE PESQUISA*

Thais Domingos dos Santos Rodrigues

Introdução: o caminhar

Este capítulo é fruto de minha pesquisa de mestrado, finalizada no ano de 2017. Escrever uma dissertação sobre a invisibilidade das mulheres nos espaços político-partidários foi um processo pessoal doloroso. Dou início ao presente trabalho com esse pensamento – que também é memória, em parte documentada no texto que me deu o título de mestre – porque rever o texto original anos depois de tê-lo concluído também se demonstra uma difícil tarefa. A pretensa objetividade que as ciências e as pesquisas demandam talvez não permitisse que sentimentos em trabalhos e artigos acadêmicos fossem demonstrados. Mas, se nós feministas não tivermos a coragem de romper com tal lógica, quem terá? É preciso abandonar a falsa sensação de neutralidade dentro das ciências humanas, e de separação entre os tais “sujeito” e “objeto” de pesquisa. Neste sentido, haver entrevistado mulheres para a construção de minha pesquisa, jamais foi porque as considerava um “objeto” de estudo. Se foi um processo doloroso é porque estudar feminismo, ainda mais através da metodologia da história oral, representa um constante voltar a si mesma. Se não à minha própria trajetória, retorno à de mulheres muito próximas a mim, como minha mãe e avós. Essa jornada é marcada pelo autorreconhecimento, pelo padrão repetitivo de subalternização das mulheres e a dolorosa percepção de que nossas opressões se perpetuam ao longo do tempo.

O objetivo da dissertação defendida em 2017, que tem por título “*Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos*” foi o de analisar a

*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.93-112

participação das mulheres nos partidos de esquerda (RODRIGUES, 2017). Queria, a partir das memórias de cinco mulheres de partidos e cidades diferentes, compreender as tensões e aproximações entre os programas de esquerda e as pautas feministas e os desdobramentos que afetam a participação político-partidária das mulheres, do ponto de vista histórico e pessoal.

Muitos questionamentos ecoaram desta pesquisa: pode a mulher adentrar nessa política institucional criada pelos homens e para os homens? Devemos lutar dentro das instituições já existentes ou criar algo novo que ainda está por vir? Perguntas que não encontraram respostas certas, mas que colocaram em evidência o que tantas outras feministas denunciam: a aparente objetividade da política é parte de um processo maior que coloca o que é dito masculino como neutro e universal, valorizando de forma intensa características como virilidade e força para justificar o poder dos homens sobre as mulheres (PATEMAN, 1993).

Apesar de constituírem memórias e processos únicos, as histórias das cinco mulheres traziam em comum, dentre outras coisas, o fato de militarem em partidos de esquerda, principalmente após o período de redemocratização do país, em meados década de 1980, até os tempos atuais. Suas narrativas foram sintetizadas e compuseram um capítulo da pesquisa de mestrado.

Em decorrência da baixa participação de mulheres na política partidária e nas eleições a cargos públicos, como demonstram estudos e pesquisas (ARAÚJO; ALVES, 2007; ARAÚJO, 2009), pareceu ser também fundamental analisar de que modo o enraizamento social e cultural condiciona a participação político-partidária destas mulheres, ou, dito de outro modo, *investigar quais processos estão presentes na construção social e cultural do gênero, que estabelecem relações de poder - e que colocam as mulheres como sujeitos subalternizados*. Neste sentido, os marcadores de classe, a orientação sexual, a nacionalidade e a regionalidade, que intensificam este lugar de subalternidade, também foram considerados para análise no contexto da participação política das mulheres.

Todas essas indagações eram fruto da minha trajetória enquanto mulher lésbica e militante de partidos de esquerda desde os 16 anos. Como ponto na dissertação, eram questionamentos que me afligiam

a alma: como se dá a participação das mulheres nos partidos de esquerda? Por que a persistência da exclusão feminina nos espaços de poder? Por que mesmo tendo participação ativa nos partidos, as mulheres não são lembradas historicamente, ou, por que são apagadas sistematicamente? Pode uma política definida por marcadores hegemônicos do homem-branco-heterossexual dar conta da agenda feminista para além de concessões e negociações?

Durante toda minha participação nos partidos de esquerda não tive respaldo ou compreensão dos/os companheiros/as para lidar com problemáticas em relação aos problemas de gênero e sobre a minha sexualidade. Enquanto para minha família eu era vista como um problema, uma vez que a "heterossexualidade como norma produz a homossexualidade como desvio" (DANIELA, AUAD; CLAUDIA, LAHNI, 2013), dentro do partido ninguém entendia meus afastamentos, encarados muitas vezes como falta de compromisso com a causa. Tampouco compreendiam minha necessidade de falar de assuntos que não fossem a revolução comunista e a conjuntura econômica do país, ou melhor, de ouvir outras vozes que não fossem a dos companheiros homens referindo-se às pautas que eles consideravam importantes.

Foi necessário entrar no grupo de estudos Feminismos, Sexualidade e Política (FSexPol) para que eu começasse a me entender e entender o mundo. O feminismo me mostrou o que faltava na teoria com a qual eu estava em contato - e revolucionou meu pensar. A decisão de (re)iniciar um coletivo de Diversidade Sexual e Livre Orientação de Gênero na UFSCar, o Coletivo Mandala, juntamente com outros três amigos gays estudantes da universidade, me ajudou a descobrir um mundo em comum, no qual não estamos sós.

Porém, o Coletivo Mandala também não foi suficiente. Embora contasse com a presença de muitas mulheres lésbicas e bissexuais, o protagonismo sempre tendia aos homens. Nas reuniões, quem sempre falava eram os homens gays. As brincadeiras, as gírias, as músicas, a cultura e tudo mais girava ao redor do homem gay. Foram diversas as garotas que depois da apresentação nunca mais falaram - e tantas outras que nunca mais voltaram. Deste modo, tanto em partidos de esquerda quanto em outros movimentos, eu constatava a incapacidade desses espaços em dar

conta das pautas das mulheres e fazer com que elas se sentissem acolhidas e quisessem continuar participando.

Além disso, a ausência de debate sobre a opressão via capital também debilitava uma análise totalitária. Não foram poucas as vezes que nos víamos caindo em algumas ciladas justamente por faltar debater os problemas sociais via estrutura, e, desta forma, encontrar soluções apenas por um viés identitário e até mesmo essencialista.

Foi vivendo na pele aquilo que Christine Delphy (1992) define como uma herança de um século e meio de maus entendimentos entre a esquerda e o feminismo que cheguei na elaboração de meu problema de pesquisa de mestrado. Como pontua a autora, apesar das mulheres comporem os partidos com fundamentação marxista, identificados como partidos de esquerda, que tem a centralidade na luta de classes, e de sofrerem influências do mesmo, desde a primeira onda do feminismo a visão desses partidos era a de que o feminismo se constituía em um “movimento egoísta” de mulheres burguesas.

Porém, a opressão também constrói o seu contrário, e as mulheres (re)existem, elas estão lá - eu estava lá também e as via o tempo todo. As mulheres participam das entidades, das lutas, dos atos, compõem a história dos movimentos sociais, embora sejam, ainda hoje, sistematicamente apagadas. A tarefa mais importante, como diz Perrot (1988, p.187) é reencontrar essas mulheres que estão em “ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”.

Para prosseguir na pesquisa ainda faltava um elemento fundamental: a metodologia. Nesse momento, o encontro com a história oral foi essencial. Optei por esta metodologia para partir de uma outra fonte histórica, não oficial: a memória através do depoimento oral de mulheres reais, de seus cotidianos, da história em suas próprias palavras, uma vez que, como pontua Sônia Maria de Freitas (2006), as análises históricas:

[...] são construídas a partir de vestígios e/ou registros deixados pelas gerações anteriores. Entretanto, a produção desta matéria-prima quase sempre esteve a cargo das classes dominantes e, até bem recentemente, tal fato não era encarado como questão. A co-

leta de depoimentos e de histórias de vida pode ser inserida no amplo esforço de resgatar a palavra de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho. (FREITAS, 2006, p. 47).

Agora que o trajeto da pesquisa realizada em 2017 foi traçado, pode-se dizer como o presente capítulo prosseguirá. Escolher qual parte priorizar dentro das quase 150 páginas não foi uma tarefa fácil. Além das cinco mulheres entrevistadas, a minha história de vida soma-se para compreender a relação das mulheres dentro dos partidos de esquerda. Essa parte, a das narrativas, a que contém as mulheres contando suas próprias histórias, é, para mim, o mais rico e precioso de todo o trabalho. Porém, não focarei nesta parte – da qual recomendo fortemente a leitura.

Pensando no uso que as/os possíveis leitoras/es deste livro farão, preferi priorizar três aspectos da dissertação: o debate sobre gênero e feminismos; as reflexões sobre a história oral e sua importância na história de mulheres; e por fim, alguns desafios metodológicos encontrados durante a realização da pesquisa.

Gênero, feminismos e mulheres

No que se refere ao instrumental teórico de meu trabalho, utilizei a categoria de “mulheres” não para nos atribuir identidades fixas ou essencializadas por qualquer tipo de explicação (biológica, social, comportamental). O fiz procurando um posicionamento político, algo que marque “mulher” como categoria heterogênea e construída historicamente por discursos e práticas variados, fundamento dos movimentos feministas (COSTA, 1998).

O conceito de gênero surge da efervescência política do final da década de 1960 nos países do primeiro mundo enquanto ferramenta analítica e política para combater a noção de sexo – *sex* – baseada no determinismo biológico. Ele enfatiza que a questão não se restringe à diferenças corporais, mas sim diz respeito ao que a sociedade faz delas, como as valoriza ou não - ou seja, o caráter fundamentalmente social da diferença sexual (LOURO, 1997). Com a abordagem de gênero, a preocupação

passa a ser não essencializar os sujeitos, procurando pelos processos e não por características inatas. O debate que outrora era majoritariamente sobre a condição da mulher passa também a abordar os homens.

Claudia de Lima Costa (1998), professora brasileira, ao propor uma mediação sobre um conceito que veio de fora (gênero) - e a maneira como ele foi apropriado e traduzido para a nossa realidade nacional -, afirma que um dos principais ganhos que a noção de gênero trouxe foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Além disso, os “estudos de gênero”, possibilitaram a entrada dos estudos feministas no cenário acadêmico com mais força, pois ao contrário dos termos como feminismo, cuja nomenclatura logo trazia à tona questões políticas e radicais, a palavra gênero trouxe uma ideia de rigor científico maior e até de *status* e sofisticações para as pesquisadoras. Para a autora, com os estudos de gênero foi possível “estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista”.

Com uma abordagem relacional - compreendendo que o feminismo só existe em relação ao masculino -, o gênero trouxe um fardo maior às/os pesquisadoras/es que se viram sempre na obrigação de ter que trazer também “o lado do homem” - ou ter seu estudo encarado como incompleto. No final dos anos 1990, os estudos da masculinidade ganharam destaque em detrimento de maiores aprofundamentos sobre as relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão.

Ao observar “o tráfico do gênero” no qual a mulher tornou-se gênero - e que depois gênero se tornou masculinidade -, talvez tenhamos que voltar ao ponto de partida: a categoria mulher, “entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (COSTA, 1998, p. 132).

Em um debate semelhante, Teresa de Lauretis (1994) considera o conceito de gênero posto enquanto diferença sexual (sempre a diferença da mulher em relação ao homem) uma limitação e uma deficiência do pensamento feminista. Amarrado no pensamento do patriarcado ocidental, esse tipo de formulação pode acarretar também uma universalização

da Mulher, esquecendo-se de articular as diferenças entre mulheres ou as diferenças nas mulheres.

Para Lauretis, é preciso pensar o gênero de uma maneira não tão presa à diferença sexual. E para isso, ela formula o conceito de “tecnologia de gênero” baseada na visão foucaultiana sobre “tecnologia sexual” - o gênero é posto enquanto representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, de diferentes discursos, epistemologias, e de práticas críticas institucionalizadas de práticas cotidianas. O gênero seria a representação de uma relação de pertencimento a uma classe, um grupo, uma categoria que se relaciona com outras entidades previamente construídas.

Utilizando em um primeiro momento das obras de Althusser (mas indo além), Lauretis ressalta que o gênero também tem uma função ideológica de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres - com papel importante, inclusive, na divisão capitalista do trabalho. Uma autora importante citada foi Joan Kelly (1979 *apud* LAURETIS, 1994), que parte da premissa de que o pessoal é político para afirmar que não há mais como separarmos a realidade em duas esferas, o público e o privado, uma vez que o que temos é um conjunto de relações sociais. No entanto, ela chama a atenção para o fato de que homens e mulheres se posicionam de maneiras diferentes nessas relações, sendo as mulheres afetadas de maneira diferente.

É ao pensar essa diferença de posicionamento e afetação das mulheres que Lauretis (1994) passa a chamar a atenção para o “sujeito do feminismo” enquanto concepção/compreensão do sujeito (feminino), que se encontra ainda em andamento, mas que é concomitantemente diferente da Mulher com letra maiúscula e essencializada - e das mulheres reais e históricas que são definidas pela tecnologia de gênero. Este sujeito que emerge dos estudos feministas está ao mesmo tempo dentro e fora da ideologia de gênero - e o mais importante, está consciente disso. Para ela, as mulheres devem continuar a se tornar mulheres, que:

[...] continuem a ficar presas ao gênero assim como o sujeito de Althusser a ideologia, e que persistamos em fazer a relação imaginária mesmo sabendo, enquanto feministas, que não somos isso, e

sim sujeitos históricos governados por relações sociais reais, que incluem predominantemente o gênero – esta é a contradição sobre a qual a teoria feminista deve se apoiar, contradição que é a própria condição de sua existência. Obviamente, então, o feminismo não pode ser tido como ciência, como um discurso ou uma realidade que está fora da ideologia, ou fora do gênero como instância de ideologia. (LAURETIS, 1994, p. 218)

Com base no exposto acima, e para não cairmos em um feminismo sem mulheres (COSTA, 1998), optei por utilizar como categoria a “mulher” sabendo de sua relação enquanto “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1994), mas preferindo correr este risco que abdicar de um posicionamento político. Escolhi também adentrar na história das mulheres a partir da história oral, metodologia da qual tratarei a seguir.

História Oral e o resgate das memórias subterrâneas

A História, como aponta Hannah Arendt (2005), já foi vista como uma maneira de eternizar grandes feitos da humanidade. Ao abraçar as memórias dos acontecimentos homéricos, os atos de homens que mereciam ser eternizados por sua honra, bravura e esperteza, tentava-se imortalizar o que era considerado digno para tanto. A concepção sobre o processo histórico, no entanto, mudou com a modernidade. Ainda assim, continuou-se a contar os feitos dos homens - e pelos homens. As mulheres, embora presentes, continuaram sendo omitidas não só dos relatos históricos, como também da ciência e da política. Suas narrativas não mereciam uma possível eternização possibilitada pelos livros porque seus nomes não constavam nos arquivos e documentos. Assim como outros corpos que não pesam (BUTLER,1999), as mulheres foram excluídas da história e transformadas em sombras.

A utilização da oralidade através de narrativas possibilitou uma ruptura nesse processo de silenciamento - e uma alternativa para trazer experiências que até então eram produzidas como inexistentes (SANTOS, 2007). A metodologia da história oral voltou sua atenção para uma das fontes mais antigas da humanidade: a fala. A memória das/os excluí-

das/os, embora colocadas no subterrâneo da história (POLLAK, 1989), tiveram uma oportunidade para aflorar e mostrar os estratos mais profundos da sociedade.

Escovar a história a contrapelo – eis a tarefa posta por Walter Benjamin (1994) ao materialismo histórico. Construir uma história cujo tempo não é homogêneo, mas sim uma saturação de “agoras” no qual não importa se são grandes ou pequenos acontecimentos, posto que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Assim, por mais que a história oficial nos apresente uma única verdade enquanto possibilidade, os enquadramentos das memórias e as diversas realidades permitem as mais variadas cronologias (POLLAK, 1992).

No entanto, a memória, ou o que é lembrado, está sempre em disputa e há sempre a possibilidade de as memórias subterrâneas conseguirem emergir à superfície do público e reivindicar seu lugar ao sol. A memória dos seres abjetos - aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativo ao domínio do sujeito (BUTLER, 1999) - não fazem parte da memória oficial posta e enquadrada pelos investigadores que estabelecem empatia sempre com o vencedor, e está a benefício dos dominadores (BENJAMIN, 1994).

A história oral enquanto metodologia é uma ferramenta que possibilita justamente trazer as memórias subterrâneas à superfície, pois ao priorizar as pessoas às margens, os seres abjetos, subalternizados e minorias políticas, possibilita que a diversidade das vozes emergentes des-homogeneize os anais da história e conteste a história oficial posta como a verdade e o caminho.

A partir da técnica da entrevista, a História oral compreende a memória como fonte histórica, uma vez que não consiste simplesmente em transcrever o que foi gravado, nem tem como objetivo formar bancos de arquivos orais, mas sim enxergar o *processo* como uma produção de conhecimento histórico, dispensando todos os cuidados que qualquer outra fonte levaria (PEDRO; VENSON, 2012).

A memória, muito além do ato de recordar, é tratada como um fenômeno social de construção de identidades e solidificação das consciências com função decisiva no processo psicológico (BOSI, 1994; DEL-

GADO, 2003). Vários fatores podem influenciar as narrativas: o próprio ato de relembrar o passado estando no presente envolve uma disputa entre os valores antigos e os atuais. O fator ideológico pode modelar biografias inteiras em um enquadramento, em determinadas regras sociais, como por exemplo, omitir ações racistas pelo fato de que isso, hoje, é crime.

Abrindo portas para a história recente e do presente, a história oral nos dá oportunidade de recuperar as experiências de vozes que, de outras maneiras, talvez não se fariam ouvir. Deste modo, temos uma ruptura da linearidade histórica e o afloramento de pontos de vista diferentes.

Para Daphne Patai (2010), a metodologia da história oral permite facultar acesso às histórias e perspectivas de indivíduos até então ignorados, e oferece oportunidades para a abordagem tanto da subjetividade individual como da memória coletiva. Segundo a autora, “não há vidas sem sentido, e não há histórias de vida sem significado”, o que existe são “histórias de vida com as quais nós (ainda) não nos preocupamos e cujas revelações (incluindo aquelas de estonteante trivialidade) permanecemos, por essa razão, obscuras” (PATAI, 2010, p.136).

Em um debate sobre memória coletiva, Pollak (1980) destaca, através de Maurice Halbwachs, a intensidade de como certos pontos de referência estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Essas memórias estruturantes, sustentáculos de uma memória nacional, são lembradas por meio dos monumentos, dos feriados, dos nomes das ruas, por exemplo. Michelle Perrot (2014), por sua vez, sobre a questão de gênero na cidade, ressalta que ao mesmo tempo em que a mulher foi retirada física e politicamente dos espaços públicos europeus do século XIX, ocorreu uma invasão de sua imagem, quando a figura feminina será revestida de um simbolismo: estátuas e monumentos arquitetônicos com a figura da mãe ou da guerreira - musas ao lado dos grandes homens que elas coroam.

Michelle Perrot (1989) metaforicamente diz que: “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues”. Palavras duras e ao mesmo tempo poéticas para dizer que as narrativas históricas tradicionais renegam a memória das mulheres. Ou seja, como aponta Costa (1997), a

grande história escrita por homens e sobre homens coloca como inferiores as experiências do feminino. Socialmente posta como o Outro, a mulher é vista como inessência, como um não sujeito.

Sendo a mulher sistematicamente apagada da história – uma das características do sistema patriarcal - como sair dessas sombras, mas ao mesmo tempo, não universalizar um sujeito criando uma única categoria válida que se esquece de outras particularidades sociais?

Para Silvia Salvatici (2005), a história oral e a história de mulheres cresceram juntas e possuem objetivos e campos de interesse semelhantes. Ambas se popularizaram no fim dos anos de 1960 com os movimentos sociais e políticos, cujos ideais eram os de resgatar uma história oculta. A história oral nasce com a intenção de buscar pelas vozes dos desfavorecidos e criar uma história vinda de baixo; já as feministas, dentre outras coisas, procuravam demonstrar as contribuições das mulheres ao longo do tempo e construir o lado feminino da história.

Trabalhar com história oral de mulheres é buscar pelo outro lugar do discurso. Utilizando-se de uma metáfora com o cinema, de Lauretis (1994) chama esses pontos cegos (fora das representações) de espaços fora de tela (*space-off*), que ela imagina como:

[...] espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. E é aí que os termos de uma construção diferente do gênero podem ser colocados – termos que tenham efeito e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto-representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres, feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferença(s) sexual(ais). (LAURETIS, 1994, p. 237)

Não à toa, a história oral é bastante utilizada em produções feministas (PATAI, 2010), pois há a possibilidade de buscar por inferências desses espaços fora da tela. A partir desta metodologia, é possível cha-

mar a atenção para “a vida de seus narradores e as sociedades nas quais estas vidas são vividas”, fazendo aquilo que Spivak (2010) orienta como papel do intelectual: criar espaços para que o sujeito subalterno possa falar e para que, quando ele assim fizer, possa ser ouvido.

Mulheres, como chegar até vocês?

Michelle Perrot (1988) pontua algumas dificuldades para a realização de pesquisas sobre a história das mulheres. Uma é que, devido a exclusão feminina dos espaços públicos - e conseqüentemente dos documentos públicos (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) -, para traçar uma história de mulheres é necessário recorrer a outros tipos de fontes, mais específicos e difíceis de encontrar: livros de cozinha, diários, manuais de pedagogia, dentre outros. Uma outra dificuldade é que mesmo a mulher que transgride e adentra o espaço público através da militância ainda é observada e descrita pelo homem.

Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. **Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?** (PERROT, 1988, p. 186, grifo nosso)

Embora o contexto de estudo de Perrot tenha sido o das mulheres francesas do século XIX, o questionamento da citação acima foi frequente durante a realização de minha pesquisa: como encontrar as mulheres militantes? A procura por essa fonte direta de comunicação, e a utilização da história oral, permitiriam que se eliminassem as mediações que eventuais documentos oficiais pudessem trazer. Mas, para isso, era necessário ter contatos.

A maior dificuldade imposta pela pesquisa foi, além da busca por mulheres que não estivessem exercendo cargos executivos, a delimitação etária. O foco da dissertação estava em mulheres que militassem há mais

tempo, na faixa dos 40-60 anos, e que preferencialmente já fossem parte dos partidos de esquerda no período da redemocratização.

Como a busca era por mulheres militantes da base - lideranças ou não, mas que não estivessem exercendo nenhum cargo elegível no executivo ou no legislativo -, a ideia era formar uma rede de indicações na qual uma indicaria a próxima. Essa ideia também não funcionou tão bem. Percebi que se nos restringíssemos às indicações, acabaríamos entrevistando pessoas de apenas um único partido, já que as sugestões dadas eram sempre internas. E o objetivo não era reconstruir a história das mulheres em único partido. O foco foi, na medida do possível, ter uma abrangência partidária maior.

A ideia da rede de contatos, no entanto, não falhou totalmente. Foi conversando com as pessoas que eu tinha proximidade através do movimento estudantil que consegui encontrar as entrevistadas. Descrevia o perfil da mulher que queria entrevistar e a algumas pessoas me davam alguns contatos. Nem todas as pessoas com as quais conversei tinham alguém para indicar.

Todas as entrevistas foram iniciadas com uma única pergunta: qual era a história delas dentro da militância, e suas trajetórias de vida na política enquanto mulher e militante da esquerda. Depois disso, as entrevistas caminharam de acordo com que elas contavam. Não havia nenhum roteiro de questões justamente para seguir as direções dadas pelas mulheres entrevistadas e não por pré-questionamentos – muito embora eles existissem e permeassem as intervenções que eu fazia. Como afirma Patai (2010), a metodologia da história oral não é um monólogo. É preciso ter em mente que houve um diálogo - e que as entrevistas foram moldadas e conduzidas.

Então, mesmo que tenha deixado as mulheres falarem livremente de acordo com as suas próprias lembranças, não há como não intervir enquanto pesquisadora. A relação entre os dois corpos – entrevistadora e entrevistada – compõe de alguma maneira a síntese dessas narrativas.

Uma preocupação que esteve presente durante todo o momento de sintetizar as entrevistas foi manter a máxima fidelidade às falas. As modificações feitas tiveram como objetivo tornar um documento oral um texto de leitura fácil. Dessa maneira, os marcadores da linguagem fa-

lada foram retirados - e as narrativas seguem o português escrito padrão. Para manter a fidelidade de alguns momentos cujas entonações consideramos essenciais, nos utilizamos de estruturas literárias com falas diretas, circunscritas por travessões ou aspas.

Para tornar mais simples a compreensão e dar sentido às histórias, também realizamos alterações na sequência dos acontecimentos. Desta forma, a síntese final das narrativas não necessariamente reflete a ordem de debate dos fatos. Embora tenhamos preservado o conteúdo, a forma de apresentação é de nossa responsabilidade.

É importante ressaltar que a versão final dos textos foi realizada após a leitura prévia para as entrevistadas, feita durante um segundo encontro com cada uma delas. Nossa intenção era que elas se sentissem confortáveis para mudar, suprimir ou acrescentar algo que elas achassem importante, dando autonomia para a construção de suas próprias histórias e legitimando a organização textual feita pela pesquisadora. O motivo desse segundo encontro era dar um retorno ético às mulheres que compartilharam suas vidas comigo e com a pesquisa. Para mim, era importante que elas não se sentissem usadas por uma desconhecida para uma pesquisa qualquer que "pegou" suas memórias e nunca mais voltou.

O segundo encontro propiciou uma aproximação muito maior entre nós. A leitura dos textos foi marcada pela emoção destas mulheres, que se reconheciam em suas próprias histórias e opiniões. A gratidão era mútua. A minha, pela oportunidade de conversar com militantes de uma geração diferente, que traziam outras perspectivas, e pela chance de poder criar uma pesquisa que mostre esses olhares. E a delas pela sistematização dos próprios pensamentos. Não foi raro expressões como "eu disse tudo isso?", "eu concordo comigo mesma", "você conseguiu pegar mesmo o que eu disse".

A não transcrição literal das entrevistas dessa pesquisa se justifica pela oportunidade do segundo encontro. Foi através da construção sistemática das narrativas que as mulheres puderam ir além de querer mudar alguma parte, mas sim se identificando com a história. As suas memórias somadas à minha organização textual criaram um laço único de companheirismo e criação entre nós. Foi um momento importante no qual o sentido ético de realizar uma pesquisa se fez presente. Eu não era apenas

uma pesquisadora que foi buscar memórias e nunca mais voltou, foi uma construção coletiva, de aceitação e consentimento. As partes que foram pedidas para serem retiradas, saíram do texto final, mesmo que eu discordasse dessa necessidade. Acredito que foi essa busca pela ética que fez com que as mulheres se sentissem mais à vontade. Fui muito feliz em vê-las presentes no dia da minha defesa. Naquele dia me senti não só julgada pela banca, mas, principalmente legitimada pelas mulheres que me ajudaram a desbravar os questionamentos que vinham me acompanhando durante o processo de elaboração da pesquisa.

Até hoje mantenho contato com essas mulheres militantes e consigo, mesmo que de longe, continuar acompanhando as suas trajetórias. Tendo isso em vista, fica explícito quanto a construção do conhecimento científico também é permeada por afetações pessoais que só foram possíveis de construir através da solidariedade e de nossa percepção enquanto sujeitos coletivos. Acredito que o movimento dialógico permitiu com que todas as nossas memórias enquanto mulheres em movimentos políticos de esquerda pudessem se encontrar, e ressoar uma nas outras.

Considerações finais

O capítulo tinha como intencionalidade reviver alguns dos principais debates feitos na dissertação *“Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos”* defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – *campus* Sorocaba.

O caminho escolhido iniciou mostrando como dentro de minha trajetória pessoal os questionamentos sobre a participação das mulheres nos partidos de esquerda foram surgindo. Em um segundo momento fiz um triplo debate: primeiro sobre as próprias questões de gênero e do feminismo e a explicação do porquê preferi trabalhar com a noção de mulher; depois percorri o caminho de defesa da metodologia da história oral e sua relação com a construção das histórias das mulheres. Por fim, trouxe a experiência na busca por mulheres militantes de esquerda e a maneira como conduzi a pesquisa. Nesta parte, ao falar dos desafios impostos na procura por pessoas que combinassem com o perfil que a pesquisa

precisava, minha intenção foi a de ajudar pesquisadoras/es que estão construindo seu próprio caminho dentro da história oral.

Ao longo deste capítulo, a metodologia da história oral é vista como um importante meio para a disseminação e pluralização de diferentes processos históricos. E para o feminismo, foi um instrumento encontrado para combater a sociedade patriarcal e dar visibilidade às experiências vividas pelas mulheres. As narrativas possibilitaram a construção de vertentes da história a partir do relato das próprias pessoas que as viveram, auxiliando nas elaborações teóricas sobre as construções de subjetividades e na elucidação das marcas diferenciadas que os corpos recebem, de acordo com a identificação social de seus gêneros.

No entanto, é preciso estar atenta/o para não atribuir aos relatos das experiências uma verdade inquestionável, uma vez que a construção da subjetividade é social e o ato da rememoração é uma disputa política de tempos. Para além, há dois grandes riscos metodológicos: o primeiro é essencializar as identidades das/os narradoras/es sem questionar a construção social que levou à delimitação de tais identificações. Dar visibilidade às histórias das pessoas marginalizadas não é suficiente para colocar em questão o projeto político-social que acarreta essas experiências. Mais do que procurar pela versão histórica desses grupos aos determinados eventos, é preciso questionar quais são os processos que geram os seres abjetos. Por que estes são postos como não sujeitos?

O segundo risco é enxergar a pesquisa como uma ação salvacionista e encará-la como ato de dar voz. No momento em que se estipula que o/a pesquisadora é detentora da voz, já se sabe que o subalterno não pode falar, porque a voz que usa é emprestada, não é sua (SPIVAK, 2010). O perigo é, ao tentar trazer à tona essas memórias subalternizadas, contribuir com o processo que cria as subalternidades.

É indispensável reconhecer os privilégios para que não ocorra um sequestro da experiência do outro a fim de legitimar a própria fala enquanto pesquisadora. Há um lugar de poder legitimado pela universidade e pelos saberes científicos. A fala que vem desses espaços poderia ser interpretada de outra maneira se não passasse por essa mediação, e é necessário reconhecer isso. Trabalhar com subalternidades exige um

eterno questionamento: a quem este trabalho serve? Quais são suas provocações? Contribuí para o processo de emancipação?

Como pontua Spivak (2010, p. 65), “os intelectuais pós-colonialistas aprendem que seu privilégio é sua perda”. Afinal, é necessário saber que toda vez que alguém é usado como meio para os fins de outra pessoa, o paradigma social dominante é afirmado, e não superado (PATAI, 2010). Neste sentido, busco recuperar o debate inicial trazido a artigo: não há neutralidade científica possível, e afirmar a existência de minhas próprias memórias, sentimentos e de minha subjetividade na construção deste artigo e de minha pesquisa de mestrado, é também um ato político.

A história oral contribuí para repensar o papel do/a historiadora, ao questionar a história oficial e também ao ponderar e historicizar quem produz história. Talvez por isso, tenha sido uma metodologia largamente utilizada pelas feministas (SALVATICI, 2005), que se valeram da oralidade para escrever a história das mulheres.

Referências

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p.23-59, jul/dez. 2009.

_____.; ALVES, Josér Eustáquio D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535 a 577, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia R. Diversidade, Direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. **Revista Eptic Online**. Sergipe, UFS, v. 15, n.3, p. 117-130, set/dez. 2007.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v. 1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira. L. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p.127-140, 1998.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2008.
- DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, v. 13, n. 1, p.187-199. 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção Ideias).
- PATERMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PEDRO, J. M; VENSON, Anamaria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **Revista História Oral**, v. 15, n. 2, p.125-139, jul./dez. 2012.

PERROT, Michele. Práticas da memória Feminina. **Rev. Bras. de História**, São Paulo, v.9, n.18, p. 09-18, ago./set. 1989.

_____. O gênero da cidade. **Rev. História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 23-44, jan./jun. 2014.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v.5, n.10, p. 200-212, 1992..

RODRIGUES, Thais Domingos dos Santos. **Mulheres da Esquerda: Política, Memória e Feminismos**. 2017. fs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos/SP, 2017.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**, São Paulo, v.8, n.1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SANTOS, Boaventura S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História., v. 16, 1998.

SPIVAK. Gayatri C. **“Pode o Subalterno Falar?”** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.